

## **Tribunal do Trabalho transferido de forma provisória para o Palácio da Justiça**

O TRIBUNAL do Trabalho da Covilhã vai ser transferido para as instalações do Palácio da Justiça. Enquanto não estiver resolvida a matéria judicial que opõe a Câmara da Covilhã e a associação Rude para a libertação da Casa dos Magistrados - o caso está em tribunal - a tutela recusa manter o Tribunal de Trabalho nas precárias condições em que está instalado. No inverno que passou, chegaram a registar-se várias inundações naquelas instalações. “Os magistrados e funcionários não têm condições mínimas para trabalhar, pelo que resolvemos, com a ajuda da Direção-Geral da Administração da Justiça, instalá-los provisoriamente no edifício principal”, confirma ao JF o juiz presidente da Comarca Judicial de Castelo Branco, José Avelino Gonçalves que prevê que o processo de reinstalação do Tribunal de Trabalho esteja concluído na segunda quinzena de julho.

Os serviços originários no Palácio da Justiça da Covilhã (família, cível e crime) não vão sofrer constrangimentos com a adaptação do espaço interno, garante o mesmo responsável que admite que esta solução “peca por tardia” porque “embora seja uma solução provisória e com baixos custos, retira os serviços do Tribunal de Trabalho de condições indignas e perigosas para quem lá trabalha e para quem lá se desloca”.

Instalado num edifício arrendado pelo Ministério da Justiça, na zona mais antiga da cidade da Covilhã, o Tribunal do Trabalho está em completa ruína. As instalações tiveram mais uma inundação no final de outubro. No verão, as janelas não se podem abrir porque há o risco de caírem.

A Câmara da Covilhã disponibilizou-se a resolver a situação indicando a Casa dos Magistrados para a reinstalação do Tribunal, contudo naquele imóvel está instalada a Rude - Associação de Desenvolvimento Rural, que se recusa a sair, alegando que o espaço lhe foi cedido pelo anterior executivo municipal por um período de 20 anos. Câmara e Rude travam agora um braço de ferro em tribunal. “A situação final para instalação do Tribunal de Trabalho nas antigas casas dos magistrados continua atual e o ideal para os serviços”, assegura José Avelino Gonçalves.

“In Jornal do Fundão”